



capít
**SESSÃO TEMÁTICA Nº 06 – PROCESSOS DE MUDANÇAS
NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
DIVULGAÇÃO POLÍTICA: UM CONTRASTE ENTRE
INFORMAÇÕES OFICIAIS DE DUAS FONTES DISTINTAS**

**Ivan Souza de Abreu/UENF
Edson Terra Azevedo Filho/UENF**

Resumo:

O seguinte trabalho tem como objetivo elaborar uma exposição entre os dados sobre políticas de desenvolvimento rural encontrados em uma base de dados oficial da prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes e o portal oficial de notícias do município. As fontes de dados usadas para elaboração do trabalho foram extraídas do Cadastro do Produtor Rural (base de dados elaborada junto a prefeitura local e a Universidade Estadual do Norte Fluminense), contendo informações de 4.025 produtores familiares espalhados por toda extensão do município e notícias coletadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes que correspondem ao período de 2010 a 2020. As políticas públicas analisadas para o trabalho em questão se desenvolvem localmente, sendo elas: Feira da Roça, Mais Leite, Mais Frango, Defesa Sanitária e Patrulha Rural. Os resultados obtidos a partir da leitura dos dados encontrados na base de dados e o comparativo com as informações divulgadas pelo município contrastam na maior parte dos casos, abrindo margem para discussões não apenas no sentido de identificar problemas estruturais que interferem diretamente no impacto dessas iniciativas na vida do agricultor familiar como na maneira que os governantes locais tratam os resultados que são obtidos. Na impossibilidade de afirmar algum tipo de interferência política na divulgação das ações oriundas das políticas, abre-se um campo para que pesquisas nesse sentido sejam realizadas na localidade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Publicidade Política. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se trata de uma das ramificações presentes no núcleo das atividades agropecuárias. Como coloca Altafin (2007), ainda que não seja uma temática necessariamente nova, ela passa a ganhar relevância a partir do momento em que ela se torna eixo central de movimentos sociais e políticas desenvolvidas pelo governo. Aliado a isso, Schneider (2003) ressalta que a disseminação do termo se notabiliza por dois momentos: em primeiro lugar, os movimentos criados pelo sindicalismo rural que propunha se manifestar contra a abertura comercial, a baixa disponibilização de crédito para os trabalhadores rurais e a queda de preço dos produtos agrícolas; e, por último, a legitimação da agricultura familiar enquanto forma e grupo da atividade agrícola com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996. Une-se a isso a criação da Lei 11.326 de julho de 2006 que define de maneira oficial tal categorização.

Wanderley (2017) entende que, a partir desses movimentos, passa-se a entender que há demandas próprias da classe dos agricultores familiares, sobretudo aqueles que são tratados como “periféricos” sob o ponto de vista do reconhecimento dentro da sociedade e partindo do controle dos meios de produção necessários para esse reconhecimento. E, ainda que hajam produtores familiares que vivem em condições de extrema dificuldades, tendo dificuldade de gerar renda a partir da sua atividade primária, é importante ressaltar as características sociais e institucionais que limitam seu desenvolvimento. Junto disso, mostra-se importante pensar nas estratégias que esses atores desenvolvem para que continuem existindo.

De forma concomitante aos pontos levantados até aqui, Celestrino et al (2017) traz que a não adequação as exigências do mercado e nos critérios para acessar as políticas de fomento à agricultura familiar se mostram fatores limitantes para que o agricultor consiga se manter no sistema e, de maneira concomitante, impede com que seja devidamente competitivo. O autor ressalta que, independente do tamanho da propriedade e capacidade produtiva do agricultor, a necessidade de se adequar às demandas mercadológicas se mostra o principal fator para que os agricultores consigam ser competitivos. Alia-se a isso a maneira como são pensadas as políticas públicas de desenvolvimento rural, por muitas vezes elaboradas a partir da lógica de mercado.

Pensando nesse panorama, o trabalho a seguir tem como objetivo elaborar uma exposição entre os dados disponíveis sobre o acesso as políticas públicas de fomento a agricultura familiar em Campos dos Goytacazes oriundos de duas fontes diferentes. As fontes em questão são as notícias disponibilizadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e o Cadastro do Produtor Rural, base de dados elaborada pela prefeitura e que possui mais de quatro mil agricultores registrados. No tocante a estruturação do trabalho, apresenta-se na seguinte

ordem: metodologia, referencial teórico, resultados, discussão e considerações finais.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, foram definidos três passos para a metodologia: a seleção do método de abordagem, a seleção do método de procedimento e as técnicas de pesquisa utilizadas para a captação das informações. O método de abordagem, na perspectiva de Marconi e Lakatos (2003), se caracteriza por ser a representação da parte do trabalho que apresenta maior grau de abstração. Isto é, tem um caráter mais amplo por trazer à tona a maneira como serão fundamentadas e apresentadas as principais ideias e discussões apresentadas no trabalho. Pensando nisso, o método utilizado para abordar as análises que serão realizadas ao longo do artigo é o indutivo. Pereira (2018) define que esta abordagem tem como finalidade elaborar generalizações que são derivadas de uma realidade concreta, partindo das considerações particulares de quem a analisa. Castilho, Borges e Pereira (2011) colocam que a indução permite que observações possam ser feitas a partir do acúmulo de informações específicas para que os argumentos utilizados possam ter validação.

Para que as inferências dedutivas sejam realizadas, Marconi e Lakatos (2003) citam que há necessidade de que as premissas sejam formadas por dois elementos: quando se há expectativa que exista certa regularidade nos processos analisados e, ao se analisar vários casos singulares do mesmo gênero, se observar que é possível identificar constância nos resultados. Dessa forma, a fim de discutir as informações coletadas, será realizado um breve estudo comparativo entre os dados coletados e estudos de caráter similar. Em concomitância, os métodos de procedimento (aqueles que vão pautar a coleta dos dados) são o método comparativo e o método estatístico. Na definição dos métodos de procedimento em questão, Mazucato (2018) colocada que o método comparativo se baseia na comparação entre dois ou mais fenômenos que são da mesma natureza; enquanto o método estatístico tem como objetivo realização uma descrição de caráter quantitativo de um grupo social (no caso das Humanidades) que vem a ser analisado a partir de técnicas matemáticas como mediana, média, porcentagem, aritmética, etc.

A técnicas de pesquisa – recurso prático utilizado para se desenvolver os procedimentos (MARCONI; LAKATOS, 2003) – utilizado para captar os dados da pesquisa é a documentação indireta. Por ela, segundo Marconi e Lakatos (2003), se refere a coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, que venham a ser definidas como fontes primárias – no caso, as informações coletadas diretamente pelo próprio pesquisador. No caso

a principal fonte de dados utilizadas para o trabalho é o Cadastro do Produtor Rural, cedido para o desenvolvimento da pesquisa. Por este cadastro entende-se que é uma base de dados elaborada a partir de uma parceria entre a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (por meio de projeto de extensão) e a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. O objetivo, além de coletar informações referentes as condições dos agricultores (disponibilidade de transporte, acesso a programas voltados a atividade agrícola, tipo de produção, dentre outros aspectos), permitiu localizá-los e formar um mapeamento. Essa organização fez com que o município fosse dividido em sete sub-regiões chamadas Áreas de Desenvolvimento Rural (ADR) e, ao todo, foram mapeados 4.081 agricultores. Devido a ausência de algumas informações no banco de dados sobre a ADR em que se localizavam alguns dos produtores presentes na base de dados, foram contabilizados para esse trabalho os 4.025 que possuíam essa informação completa.

Com fontes secundárias para esta pesquisa – aquelas que já foram compiladas e usadas como referências para embasamento teórico ou mesmo comparação – foram utilizadas notícias presentes no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes¹ que tratam da divulgação dos programas voltados agricultura familiar desenvolvidos no município e trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores que tratam do acesso as políticas públicas. A primeira fonte secundária foi selecionada com o intuito de estabelecer o comparativo entre as fontes oficiais; a segunda, para verificar se existem tendências nas dificuldades e sucesso da relação entre Estado e produtores familiares no que tange o desenvolvimento das políticas públicas de fomento a agricultura familiar. Dessa forma é possível desenvolver o estudo comparativo e, ao mesmo tempo, induzir algumas conclusões sobre o que pode estar acontecendo no espaço selecionado para estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ambiente rural brasileiro é comumente citado por grande parte da literatura, pensando nas suas características, como bastante heterogêneo sob a ótica das especificidades de cada região. Como destaca Nunes et al (2015), essa mesma diversidade se reflete na produção rural de caráter familiar. As especificidades presentes nas regiões brasileiras em relação a infraestrutura do modo de produção rural fazem com que sejam desenvolvidas e reproduzidas situações desproporcionais que versam sobre os campos econômico e social, fazendo com que sejam criadas desigualdades singulares em cada região. A partir disso,

¹ <https://www.campos.rj.gov.br/>

desenvolveu-se uma linha de pensamento que visa estabelecer a promoção do desenvolvimento regional e a redução das desigualdades partindo da implantação de políticas territoriais que sejam voltadas as especificidades encontradas para alcançar a organização e o progresso da agricultura familiar.

Ainda que exista essa preocupação perante os desafios dos agricultores familiares no que diz respeito a evolução de sua atividade junto da implantação de programas de fomento específicos para seu desenvolvimento, outros elementos conflitantes a essa lógica surgiram. Pensando nisso, Oliveira (2015) coloca que o modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos fez com que os investimentos públicos passassem a ser concentrados nas capitais e regiões metropolitanas. Isto fez com que o capital financeiro, empresas e populações que outrora não se atraíam por essas áreas passem a penetrá-las. Dessa forma, o autor destaca uma grande dicotomia nessa relação:

Como consequência observam-se nitidamente duas situações diametralmente opostas em termos de acesso a políticas públicas e desfrute das condições de cidadania: a das áreas essencialmente urbanas das metrópoles e grandes cidades de um lado; a das áreas essencialmente rurais dos territórios formados por pequenos aglomerados urbanos, remotos e com baixa densidade populacional, de outro. E é nesse segundo ambiente onde está inserida a maior parte da agricultura familiar, o que se conclui que ela se realiza nas mais precárias condições de cidadania, onde estão ausentes políticas públicas que assegurem condições mínimas de bem-estar social. (OLIVEIRA, 2015, p. 220)

Ao passo que os maiores investimentos se concentram nos principais centros urbanos, algo fortemente chancelado pelos governos latino-americanos, cria-se com isso uma precariedade nas áreas rurais desses países não apenas no desenvolvimento da atividade agrícola como na possibilidade das populações que vivem nas localidades interioranas poderem ter acesso a outros tipos de serviços públicos que são fundamentais para o exercício de sua cidadania. Esse processo é destacado por Abaunza (2015), trazendo a observação de que o crescimento médio dos países não vem a resolver os problemas de equidade, inclusão e sustentabilidade visto a maneira limitada como o planejamento nacional dessas nações e o desenvolvimento das políticas setoriais são realizados. Há a necessidade de se adequar as especificidades de cada região de um país, incluso os territórios rurais e os grupos sociais específicos (agricultores familiares, indígenas, jovens e mulheres).

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Pensando nestes elementos, esta parte do trabalho foi pensada para ser exposto e debatido o alcance das políticas públicas de desenvolvimento rural elaboradas e promovidas pela gestão municipal de Campos dos Goytacazes. A existência desse tipo de iniciativa já se mostra algo positivo, tendo em vista que em um primeiro momento pode-se concluir as especificidades locais foram levadas em consideração. Analisando as informações disponíveis no Cadastro do Produtor Rural que tratam justamente da participação dos agricultores em políticas públicas agrárias locais, são identificadas as seguintes iniciativas: Patrulha Rural, Mais Leite, Defesa Sanitária, Mais Frango, Merenda Escolar, Feira da Roça e programas de capacitação rural.

Esta parte da pesquisa, vale ressaltar, se mostrou bastante curiosa. A princípio se fez a opção de buscar informações dos programas por meio de documentos e publicações oficiais como o Diário Oficial do município, das diretrizes presentes na Lei Orgânica Municipal, os termos dos programas propriamente ditos e outros documentos oficiais, junto a informações disponibilizadas nos portais de transparência. Entretanto, as buscas se mostraram insatisfatórias tendo em vista a dificuldade de encontrar esse tipo de informação. No Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, mesmo tendo um Portal de Transparência e a disponibilização do Diário Oficial, não foram encontradas informações com a precisão necessária. Apesar disso, as buscas por notícias a respeito das iniciativas realizadas a partir das políticas públicas foram encontradas no mesmo portal. Dessa maneira, foram localizadas 170 notícias que versavam sobre essas políticas (com exceção da Defesa Sanitária). Este levantamento documental permitiu que se obtivesse um panorama interessante sobre a execução dessas ações entre 2010 e 2020. Além disso, buscou-se consultar trabalhos já realizados que tratam das políticas públicas voltadas a agricultura presentes na localidade.

O primeiro dos programas se trata da Patrulha Rural. De acordo com Almeida (2018) se caracteriza como um programa que promove subsídios a agricultores, partindo da utilização de máquinas e serviços técnicos prestados por funcionários designados da prefeitura. O objetivo central é promover ações de limpeza em canais, prestar suporte à logística de vendas (a partir do transporte de alimentos e insumos para o mercado local), ajudar no preparo do solo e promover a abertura de bebedouros de animais. Em relação

ao maquinário e aos materiais utilizados pelo programa, a distribuição é feita de acordo com a necessidade de cada Área de Desenvolvimento Rural.

As informações obtidas pelas ações do programa a partir da coleta realizada no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, primeiramente, foram publicadas entre abril de 2014 e maio de 2015. As atividades localizadas se basearam em: preparação do solo para o plantio dos principais alimentos cultivados pelos agricultores locais (milho, feijão, quiabo, abóbora, cana, aipim, entre outros) com a utilização de quarenta tratores, partindo de um acordo firmado com as empresas que venceram a licitação para ceder os equipamentos ao programa²; a manutenção do Canal da Água Fria no distrito de Lagoa de Cima, junto da desobstrução de 130 km de canais localizados no município³; e a disponibilização de equipamentos para ajudar na alimentação de animais, sobretudo o gado⁴.

O Mais Leite se trata de um projeto municipal cujo objetivo é fomentar os produtores leiteiros através da disponibilização de tecnologia voltada à atividade junto a promoção da capacitação de profissionais de extensão do município, além dos próprios produtores. O desenvolvimento das atividades ocorre a partir da parceria com empresas prestadoras de serviço para a prefeitura, estas vindo a realizar o atendimento. Dentre as instituições parceiras se encontra o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), tendo participado da iniciativa com a realização de visitas técnicas (ALMEIDA, 2018, p. 42).

Em relação as informações disponibilizadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes que dizem respeito as ações dessa iniciativa, foram encontradas cinco notícias publicadas entre dezembro de 2013 e março de 2016. A partir da investigação realizada, tem-se: a abertura para o cadastramento de 300 novas vagas para o projeto⁵; a apresentação de protótipos de produtos que iriam estar contidos em futuros kits disponibilizados pelo programa⁶; a definição das localizações que iriam receber os kits do programa e a parceria com a Empresa Assistência Técnica Extensão

² https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=24511

³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27009

⁴ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27154

⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=29683

⁶ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=22716

⁷ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26239

Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ)⁸; a entrega dos kits na Baixada campista, especificamente aos moradores do Assentamento do Incra⁹; e a distribuição de kits na região norte do município¹⁰.

A Defesa Sanitária se trata de uma iniciativa que visa realizar a fiscalização dos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, promover capacitação e orientação aos agricultores com a finalidade de melhorar seu processo produtivo disponibilizando cursos de pequena duração. Um dos principais objetivos dessa ação é promover o desenvolvimento agrícola e oferecer insumos que possuem o selo de qualidade VISA (próprio da Vigilância Sanitária) (ALMEIDA, 2018, p. 42). Não foram encontradas informações no noticiário a respeito das iniciativas do projeto.

O programa Mais Frango tem como principal foco incrementar a renda dos produtores familiares desenvolvendo atividades focadas na capacitação dos produtores interessados em participar da iniciativa, promover a realização de acompanhamento técnico e contribuir na implementação de mini-granjas (realizadas em uma parceria entre a prefeitura e o próprio produtor, este último responsável pela parte da alvenaria)¹¹. Em suma, o programa tem como finalidade ajudar no refino da criação avícola realizada pelos agricultores familiares locais.

Foram encontradas no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes 24 notícias a respeito de ações desenvolvidas pelo Mais Frango, correspondendo ao período de março de 2012 a outubro de 2015. Uma vez que o volume de informações coletadas foi elevado, se fez a opção de destacar algumas das iniciativas realizadas tomando como referência as atividades desenvolvidas pelo programa. Logo, tem-se: disponibilização de uma linha de crédito no valor de R\$ 12.000,00 para o programa pela Fundação de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM)¹²; a criação das chamadas Unidades de Capacitação dos Pequenos Produtores Rurais, disponibilizando cursos voltados a gestão de negócios¹³; o oferecimento de infraestrutura para produtores cadastrados no programa

⁸ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=33891

⁹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=35206

¹⁰ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=35168

¹¹ <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/05/programa-mais-frango-vai-beneficiar-produtores-rurais-de-campos-no-rj.html>

¹² https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=12832

¹³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=24310

a partir da concessão de uma mini-granja, 1.700 pintinhos e implementos agrícolas¹⁴; a apresentação do Mais Frango e do Mais Crédito, este último tendo atendido 275 clientes e concluído 44 operações de crédito que totalizaram R\$ 5.914.962,53¹⁵; a disponibilização de cursos de capacitação de níveis básico e avançado a partir de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), respectivamente¹⁶; a formação da primeira turma de capacitação de nível básico¹⁷ e o início das atividades voltadas ao nível avançado¹⁸; e a reestruturação da granja modelo criada pelo programa em uma iniciativa da Secretaria de Agricultura¹⁹.

A Merenda Escolar se trata de uma iniciativa que parte da compra de produtos que serão introduzidos na alimentação das escolas, seguindo os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – cuja diretriz impõe que 30% dos alimentos presentes no cardápio escolar sejam oriundos da agricultura familiar por meio da obrigatoriedade da compra desses produtos. A compra, segundo consta, é realizada da seguinte forma:

Este tipo de compra ocorre através de chamada pública, havendo dispensa à licitação. Para participar da chamada pública os agricultores têm que apresentar a DAP de pessoa física individualmente, ou de pessoa jurídica para fornecimento em grupo. Os alimentos da Merenda Escolar atrelado ao PNAE são adquiridos com a verba do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e fundamentado nas leis federais 8.666/93 e 11.947/09 (ALMEIDA, 2018, p. 42)

O processo de compra da Merenda Escolar é realizado, portanto, a partir de chamadas públicas em que pessoa física ou jurídica que apresente a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), com o município utilizando verbas da FNDE para aquisição dos alimentos. Sobre as informações da execução da iniciativa, entre abril de 2010 e setembro de 2019 foram divulgadas 25 notícias, com destaque para: a primeira discussão sobre as compras do município a partir das novas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal

¹⁴ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25363

¹⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25646

¹⁶ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25741

¹⁷ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26869

¹⁸ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27461

¹⁹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=30224

11.947/2009 que passou a exigir os 30% da compra dos alimentos diretamente da agricultura familiar²⁰; o planejamento para aquisição de alimentos realizado em uma parceria entre Secretaria de Agricultura e Secretaria de Educação²¹; a criação da Lei Municipal 8.334 que prevê a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar em consonância com as exigências do PNAE²²; a elaboração do cardápio da merenda escolar municipal para melhor organizar a aquisição dos gêneros alimentícios²³; a previsão do PNAE ser implementado no município ainda no ano de 2014²⁴; a divulgação dos resultados atingidos pelo programa da Merenda Escolar (163 escolas, 79 creches e duas entidades da rede educacional beneficiadas)²⁵; a liberação da venda por parte de produtores de leite para a Merenda Escolar²⁶; e a abertura da última chamada pública divulgada em 2019²⁷.

A Feira da Roça se trata de uma das políticas públicas municipais de fomento à agricultura familiar mais antigas de Campos dos Goytacazes. Segundo Almeida (2018), o projeto foi criado em 1991 e conta com sete locais de vendas espalhados pelo município. Além da disponibilização de espaços específicos para a comercialização o projeto visa disponibilizar transporte para a comercialização (localizados nos bairros/distritos de Farol de São Tomé, Turfe Clube, Parque Leopoldina, IPS, Jardim Carioca, Centro e Parque Tamandaré), subsídios aos participantes voltados a preparação do solo e orientação técnica. A oferta dos produtos fica a cargo do próprio produtor cadastrado, bastando seguir critérios de qualidade estabelecido pelas diretrizes do programa como o oferecimento de produtos frescos e a não utilização de agrotóxicos. Esses pontos são fiscalizados por um órgão próprio do município.

A pesquisa documental realizada visando a identificação das atividades da Feira da Roça tendo como base as notícias disponibilizadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes foi a que teve o maior número de resultados encontrados, identificando 109 notícias publicadas entre fevereiro de 2010 e março de

²⁰ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1021

²¹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=12116

²² https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18414

²³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18867

²⁴ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27081

²⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27305

²⁶ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27576

²⁷ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=54451

2020. O elevado número de publicações encontradas faz com que haja necessidade de selecionar alguns dos relatos para melhor contextualizar as ações do programa. Grande parte do que foi divulgado foram notas da Assessoria de Imprensa do município sobre a existência da Feira no distrito de Farol do São Tomé. Feito esse esclarecimento, se tem: o aspecto turístico da Feira da Roça na localidade de Farol de São Tomé, sendo uma atração de grande importância para a região²⁸; o planejamento para melhorar a infraestrutura do projeto, especialmente promovendo a reforma das barracas²⁹; a parceria firmada entre a Secretaria de Agricultura e Pesca junto à Secretaria de Saúde com o objetivo de cadastrar alguns participantes do projeto no Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador³⁰; entrega das novas barracas aos feirantes cadastrados no programa³¹; o desenvolvimento das ramificações da Feira da Roça (Feira de Bairro e Feira do Interior)³²; a criação de um trecho voltado para o estacionamento de veículos dos clientes da Feira da Roça e feirantes em um trecho da Rua Lacerda Sobrinho pela Empresa Municipal de Transportes³³; a distribuição e instalação de tendas maiores (tamanho 6x6) na região do Farol de São Tomé³⁴; ampliação da Feira da Roça no bairro de Goitacazes para 40 barracas³⁵; a distribuição de 1,2 mil mudas pela Superintendência Municipal de Agricultura e Pecuária aos cadastrados na Feira da Roça que estão alocados em Goitacazes³⁶; a Feira da Roça surgindo como uma alternativa ao desabastecimento de produtos agrícolas nos supermercados em virtude da greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018³⁷, tendo grande movimento durante o período³⁸; a distribuição de 1.400 mudas na Feira da Roça instalada na Praça da República³⁹; distribuição de 1,5 mil mudas na Feira da Roça alocada em Farol de São Tomé⁴⁰; e a distribuição quinzenal de mudas na Feira da Roça em Farol de São Tomé⁴¹.

²⁸ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18

²⁹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1912

³⁰ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=4409

³¹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=6620

³² https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=8522

³³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=15482

³⁴ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=22912

³⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=43676

³⁶ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=44903

³⁷ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=45559

³⁸ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=45635

³⁹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=48785

⁴⁰ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=50059

⁴¹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=57037

A Capacitação Rural especificamente se mostrou a mais dispersa das ações promovidas pelo município pensando no desenvolvimento da agricultura mudar. Na realidade, o que se encontrou foram ações dessa natureza que já faziam parte dos programas existentes - como se observou na Patrulha Rural, Mais Leite e Mais Frango, por exemplo, que em suas diretrizes consta a realização de capacitação para os cadastrados. Além disso, foram identificados outros projetos promovidos por entidades que não estão diretamente ligadas à prefeitura de Campos dos Goytacazes como o Custo Técnico em Fruticultura do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)⁴², os cursos de Agricultura Familiar e Operação de Maquinário Agrícola do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo)⁴³ e o curso de Apicultura desenvolvido pelo Instituto Estadual do Ambiente (Ênea)⁴⁴.

O que se identifica a partir das informações obtidas na pesquisa documental a respeito das políticas públicas de desenvolvimento agrário executadas no município de Campos dos Goytacazes é a presença de iniciativas que visam promover a qualificação dos produtores do município, junto da disponibilização de assistência técnica aspirando o melhor desenvolvimento das atividades por parte dos produtores rurais. No que diz respeito a transparência, tanto na pesquisa aqui realizada quanto na observação elaborada por Almeida (2018), fica evidente que as informações de âmbito legal dos projetos são extremamente escassas. Muitas páginas online utilizadas como referencial por trabalhos desenvolvidos sobre as políticas públicas agrárias do município se mostraram indisponíveis atualmente, demonstrando não apenas um problema relacionado a preservação do histórico do que foi realizado anteriormente, como atesta a falta de transparência da prefeitura nesse quesito.

Sendo assim o Cadastro do Produtor Rural, concomitante a esse contexto das políticas locais, traz informações que expõem a participação dos agricultores familiares ante essas políticas públicas e contém dados ligados ao interesse dos produtores registrados em participar de alguma delas – provavelmente, durante a coleta de dados, alguns dos programas tratados aqui estavam em fase de planejamento ou transição no que

⁴² <http://etec.senar.org.br/curso/curso-tecnico-em-fruticultura/polos-presenciais/>

⁴³ <https://www.portaldoagronegocio.com.br/gestao-rural/capacitacao/noticias/pronatec-campo-leve-ensino-e-qualificao-ao-meio-rural-fluminense-2506>

⁴⁴ <http://www.inea.rj.gov.br/parque-estadual-do-desengano-promove-curso-de-capacitacao-sobre-apicultura/>

se refere ao cadastramento, sendo uma possível justificativa para os resultados encontrados. Dessa forma, a tabela disponibilizada a seguir expõe os dados coletados no cadastro sobre a presença dos agricultores nas iniciativas existentes no município que são promovidas pela prefeitura municipal.

Tabela 1 – Participação dos agricultores familiares em programas de fomento à categoria

| Programas | Áreas de Desenvolvimento Rural (ADR) | | | | | | |
|-------------------|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | ADR 1 | ADR 2 | ADR 3 | ADR 4 | ADR 5 | ADR 6 | ADR 7 |
| Patrulha Rural | 293 | 430 | 544 | 266 | 634 | 380 | 487 |
| Mais Leite | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Defesa Sanitária | 171 | 244 | 84 | 79 | 279 | 55 | 118 |
| Mais Frango | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Merenda Escolar | 0 | 7 | 52 | 10 | 8 | 14 | 8 |
| Feira da Roça | 3 | 3 | 15 | 51 | 21 | 19 | 21 |
| Capacitação Rural | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborado pelo autor.

A política com maior presença entre os agricultores familiares do município é a Patrulha Rural, com cerca de 75,4% dos agricultores presentes no Cadastro do Produtor Rural respondendo que têm acesso aos serviços promovidos pela iniciativa. Um dos aspectos que levam a crer tamanha presença do programa no município tem a ver com a forma como ele se estrutura. Como visto anteriormente, o maquinário utilizado para realizar as ações de nivelamento de solo e abertura de canais hidrográficos é pertencente a empresas que disponibilizam esses equipamentos e são parceiras do programa – abrindo margem para que se consiga um número importante de instrumentos a partir da abertura de edital. Aliado a isso, a maneira como os equipamentos são dispostos por área é realizada pelos próprios agricultores. Como o número é elevado, há uma tendência que vários produtores rurais necessitem de fazer uso desse tipo de serviço e, portanto, há um aumento de interesse em participar do programa. O elemento da alocação dos equipamentos ser feita pelos próprios agricultores se mostra um ponto interessante da Patrulha Rural, visto que permite uma atuação extremamente ativa dos agricultores nas ações promovidas pelo programa.

Os resultados obtidos na análise dos dados referentes a participação nos programas Mais Leite e Mais Frango são intrigantes. Como verificado no levantamento das notícias relacionadas ao programa, várias ações foram realizadas no recorte temporal dos relatos encontrados como a disponibilização de equipamentos para a realização das atividades referentes ao foco das políticas, a promoção de capacitação técnica aos produtores e até mesmo a abertura para novos cadastros. Entretanto, o Cadastro do Produtor Rural indica que nenhum agricultor presente na base de dados respondeu positivamente quanto a participação em qualquer um dos dois programas. Sobre o Mais Leite especificamente, há uma variável que trata do interesse dos produtores em participar da política, vindo a conter respostas (“Sim” e “Não”). Entretanto, por não ser algo necessário (uma vez que funciona como pesquisa de interesse) para esta pesquisa estas informações não foram utilizadas. A falta de possibilidade em ir a campo verificar as informações junto a Prefeitura ou mesmo com os agricultores dificulta a forma de precisar o motivo da ausência de informações sobre a participação dos agricultores nas iniciativas com base no cadastro. Apesar disso, podem ser levantadas alguns pontos sobre os motivos das informações estarem dispostas dessa forma:

- As políticas, diferente do que foi divulgado, não foram ou não são extremamente difundidas entre os agricultores do município;
- Houve dificuldades em obter informações precisas sobre a participação dos agricultores nas políticas públicas citadas durante a elaboração do Cadastro do Produtor Rural;
- Há uma falha no Cadastro do Produtor Rural que não registrou as informações coletadas sobre as políticas em questão;
- Os agricultores fazem uso da estrutura disponibilizada pelos projetos, mas ao mesmo tempo não fizeram cadastro para tal.

Essas possibilidades se mostram plausíveis em virtude do desencontro de informações observado durante a pesquisa. De qualquer maneira, as observações se mostram interessantes para que pesquisas futuras sejam feitas com base nelas. Especialmente se tratando da transparência das informações divulgadas, tendo em vista

que já foi levantada a ausência de informações anteriores durante o processo de captação dos dados.

A Defesa Sanitária é citada como presente no cotidiano de 25,59% dos produtores presentes no Cadastro do Produtor Rural. Ainda que o número de agricultores seja representativo, a falta de maiores informações sobre a forma como as ações geradas por ela atingem os produtores são escassas gera uma dificuldade de verificar o quanto ela realmente impacta no desenvolvimento das atividades dos agricultores familiares. Alguns paralelos, contudo, podem ser feitos com base em outras informações disponíveis no cadastro em relação as iniciativas propostas pelo programa como é o caso do oferecimento do selo de qualidade da Vigilância Sanitária aos produtos cadastrados. Este fator, por exemplo, pode ser diretamente relacionado com o acesso dos agricultores familiares aos mercados locais formalizados como supermercados, hortifrutis e outros. O tópico seguinte, voltado especificamente para o acesso aos mercados, tratará desse elo.

A Merenda Escolar abarca aproximadamente 2,46% dos agricultores presentes no Cadastro do Produtor Rural, baixo número e abre questionamentos sobre os motivos que levam a esse dado. O município possui um total de 4.061 agricultores familiares, sendo que para esta análise estão sendo considerados 4.025 devido as informações ausentes sobre a localização de alguns dos agricultores registrados no Cadastro do Produtor Rural. Campos dos Goytacazes também apresenta o maior número de estabelecimentos agropecuários e agricultores de forma geral no estado do Rio de Janeiro⁴⁵, apresentando enorme potencial a ser explorado no segmento agropecuário. Além disso, as pesquisas sobre o valor dos produtos vendidos pela agricultura familiar indicaram que os preços são menores quando comparados ao comércio. Logo, quais os motivos que levam uma política em tese inclusiva a não atingir um amplo campo de agricultores familiares locais? Mesmo com a presença de iniciativas governamentais que visam melhorar o método de produção desses produtores? Junto desses elementos, o Cadastro do Produtor Rural e as informações coletadas por meio de outras fontes indicam que a produção local de alimentos agrícolas é extremamente variada. Abreu (2018) aponta que os agricultores do município produzem milho (7,85%), feijão (36,82%), abacaxi (11,36%), banana (47,23%), arroz (3,80%), laranja e/ou limão (37,66%) e outros gêneros agrícolas

⁴⁵ https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/rj.pdf

(27,36%) demonstram que a produção é diversificada o suficiente para abastecer as principais demandas alimentícias das escolas e creches do município, estas totalizando 299 unidades⁴⁶. Este tipo de distorção necessita ser verificada com mais veemência em pesquisas posteriores, visto que esse tipo de iniciativa não se mostra inclusiva no município.

O número de agricultores que disseram ter relações com o programa Feira da Roça estavam registrados na variável que perguntava quais os locais onde comercializavam, enquanto a voltada especificamente para esta política tem seus campos em branco. Dessa maneira, subentende-se que estes registrados no campo voltado a comercialização estejam cadastrados no programa. O percentual de participantes da iniciativa é de aproximadamente 3,30% do total de pessoas presentes na base de dados. O baixo número de respondentes pode ter relação com o número pequenos de pontos comerciais criados pela iniciativa e, ao mesmo tempo, levanta questionamentos sobre sua pouca expansão. Por que um programa criado em 1991 que, dado o que se propõe, não gera custos elevados ao Poder Público Municipal possui pouca abrangência? Como observado nas informações obtidas a partir do levantamento de informações presentes no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes foram poucas ações identificadas no sentido de expandir o programa, tanto para mais localidades quanto visando aumentar o número de cadastrados. O que se verificou até aqui sobre as políticas públicas municipais de fomento à agricultura é uma forte presença das ações voltadas a assistência técnica em contraste com aquelas focadas no escoamento dos gêneros agrícolas. Ao passo que a assistência técnica contribui diretamente com a logística de produção, não pode ser indicada alguma eficiência quando se pensa na forma como esses produtos se mostram aptos a se adequarem as iniciativas voltadas a compra dos alimentos. Esta contradição indica problemas estruturais nas políticas públicas e na maneira como elas atingem de forma efetiva o cotidiano dos trabalhadores rurais. Além disso, a publicidade feita pela prefeitura não demonstra precisão quando colocada em paralelo as informações coletadas no banco de dados aqui utilizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴⁶ https://www.qedu.org.br/busca/119-rio-de-janeiro/2743-campos-dos-goytacazes?fbclid=IwAR2Ix-oGoKt6yyrwt6ms8JBYipbJxYH6Gmh2KBMkyogkM_Fs81O6dQms3hU

Ao final do trabalho fica evidente que a principal problemática dos elementos analisados é a disponibilidade de informações precisas. A que pese o Cadastro do Produtor Rural trazer informações cruas sobre as políticas públicas de desenvolvimento agrário implementadas no município e os mercados institucionais em que os produtores conseguem atingir o material disponível para complementar o panorama encontrado a partir desses dados é extremamente escasso. Trazendo essa problemática para outra situação, como se pensando na logística por exemplo, na abordagem de Ballou (2010) a transmissão de informações é parte fundamental de todo o processo pois permite que se tenha uma base dos interesses da clientela, dos concorrentes e faz com que haja um problema para estabelecer com precisão o processamento de pedidos e o contato com os fornecedores. A comunicação das partes envolvidas em todo o processo, portanto, necessita não apenas de ser mais completa como transparente, levando-se em conta que durante a pesquisa informações que deveriam ser públicas (o funcionamento das políticas públicas) não foram encontradas com a precisão exigida pensando em portais de transparência e assessoria de imprensa da prefeitura municipal.

REFERÊNCIAS

ABAUNZA, Byron Miranda. AGRICULTURA FAMILIAR: RURALIDAD, TERRITORIOS Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA. *In*: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. **Agricultura Familiar: Ruralidade, Território e Política Pública**. Brasília: IICA, Dezembro, 2015. v. 23, cap. Painel Inicial - 1, p. 55-62. ISBN 978-92-9248-578-8. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>. Acesso em: 27 out. 2020.

ALMEIDA, Thiago Chagas de. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS LOCAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ (2015 – 2016)**. Orientador: Mauro Macedo Campos. 2018. 68 f. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2018. Disponível em: <https://uenf.br/graduacao/administracao-publica/wpcontent/uploads/sites/4/2019/05/MONOGRAFIA-Vers%C3%A3o-Final-Thiago-Chagas-de-Almeida.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.

BALLOU, Ronald. Logística del transporte. **Barcelona: Editorial UPC**, 2010.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. Manual de metodologia científica. **Goiás: Ulbra**, p. 10-11, 2011.

CELESTRINO, Renan Borro et al. Novos olhares para a produção sustentável na Agricultura Familiar: avaliação da alface americana cultivada com diferentes tipos de adubações orgânicas. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 3, n. 1, p. 66-87, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

NUNES, Emanuel Márcio et al. Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 529-554, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032015000300529&script=sci_arttext

OLIVEIRA, Humberto. AGRICULTURA FAMILIAR: REPENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *In*: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. **Agricultura Familiar: Ruralidade, Território e Política Pública**. Brasília: IICA, Dezembro, 2015. v. 23, cap. Painel Final - 2, p. 219-222. ISBN 978-92-9248-578-8. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>.

PEREIRA, Adriana Soares et al. **Metodologia da pesquisa científica**. 2018.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. **AGRICULTURA familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, v. 1, p. 474, 2017.